



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Divulgação de informações e avaliação do incidente respeitante às obras de demolição do Hotel Estoril

Em 11 de Julho, um incidente de “queda de tijolos” ocorreu durante a demolição do antigo Hotel Estoril. Em conformidade com um comunicado de imprensa da Direcção dos Serviços de Obras Públicas (DSOP), “[s]egundo o que foi apurado preliminarmente, o incidente deveu-se ao envelhecimento e à ruptura dos tijolos em alvenaria situados no topo da parede exterior do edifício na medida que não foi possível controlar a tempo a sua estabilidade durante a realização dos trabalhos de demolição, o que determinou a queda de pedaços de blocos de tijolos para fora dos tapumes, afectando a cobertura do passeio e a faixa de rodagem vizinhos e causando susto a um condutor que passava no local.” Nesse comunicado de imprensa apenas foi divulgado o cenário depois do local em questão ter sido desimpedido, e uma vez que nenhum órgão de comunicação social se encontrava no local no momento do incidente, a única informação pública sobre o incidente foi, para já, o relato feito pela (DSOP). Porém, verificou-se claramente, num vídeo do mesmo incidente difundido em plataformas das redes sociais, o colapso de uma grande área de andaimes de bambu, que causou impacto num passeio e numa faixa de rodagem, enquanto um carro particular em movimento foi quase esmagado, por isso, tratou-se de uma situação perigosa. Alguns transeuntes que testemunharam o incidente disseram-me que não se tratava, de facto, de “queda de tijolos”, mas sim do colapso de uma área de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

alvenaria (*Vide* Foto 1 do Anexo). Como os trabalhadores limpam o local imediatamente após o incidente, creio que a maioria dos objectos caídos tinham sido removidos antes da chegada da Polícia ao local.

Segundo as informações disponíveis, o concurso para a primeira fase das obras de construção da nova Biblioteca Central - a demolição do antigo Hotel Estoril e a construção das fundações e da cave da nova biblioteca - foi aberto em Março deste ano, tendo sido adjudicadas ao empreiteiro pelo preço mais baixo de 69,78 milhões de patacas. Nos termos da vigente Lei sobre aquisições públicas, a abertura de concurso público é obrigatória quando o valor das obras é igual ou superior a 15 milhões de patacas. Porém, a adjudicação das obras em questão foi efectuada com base nas propostas apresentadas por entidades convidadas. Em resposta aos meios de comunicação social, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo Arrais do Rosário, explicou que, devido à dificuldade da execução das obras e à complexidade da operação, foram convidadas, directamente, empresas experientes para evitar problemas, mas o referido acidente de trabalho ocorreu após cerca de um mês do desenvolvimento das obras.

Actualmente, os trabalhos foram suspensos. No local, pode constatar-se que o exterior do edifício estava rodeado por andaimes de bambu de camada simples que, por sua vez, estavam apenas cobertos com tela, e o corredor pedonal adjacente aos andaimes de bambu estava apenas coberto por um telhado fino (*Vide* Foto 2 do Anexo). Duvida-se, então, se as medidas de protecção adoptadas estavam em conformidade com os padrões definidos. Actualmente, a maioria da fachada e estrutura exterior do Hotel Estoril, adjacente à Piscina Estoril, foi já demolida, e no que



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

respeita à fachada do Hotel Estoril (adjacente à Avenida de Sidónio Pais), faltam ainda demolir três a quatro pisos (*Vide Foto 3 em anexo*). Nos termos da Lei n.º 2/2023 (Lei da segurança e saúde ocupacional na construção civil), a desmontagem faz parte dos trabalhos específicos, que exigem normas técnicas. Nos termos do Regulamento Administrativo n.º 32/2023 (Normas técnicas de segurança e saúde ocupacional na construção civil), antes e durante os trabalhos de demolição, são adoptadas as medidas adequadas que previnam a ocorrência do risco de colapso da construção, e a planificação dos trabalhos de demolição tem de ser efectuada por engenheiro civil designado e os trabalhos efectuados sob supervisão de pessoa designada. No âmbito das medidas de segurança prévias: se a construção a demolir se encontrar perto de ruas, a mesma tem de ser vedada por coberturas verticais ou são adoptadas outras medidas eficazes, de modo a evitar o perigo ou impacto a outrem derivado da poeira, terra, pedras ou outros materiais; e sempre que a demolição parcial de uma construção impacte a estabilidade das construções vizinhas ou das partes sobstantes, são adoptadas as medidas de segurança definidas por engenheiro civil designado para prevenir o colapso. No âmbito da sequência de demolição: a demolição tem de ser feita de cima para baixo, adoptando medidas adequadas para prevenir aquando da demolição de qualquer elemento o colapso de outros; quaisquer estruturas de suporte, nomeadamente os pilares e as vigas de suporte das construções, só podem ser demolidas depois de todos os elementos estruturais por estas suportados serem demolidos, na sequência de cima para baixo. Após este incidente, não é de estranhar que alguns operadores do sector tenham referido: “Ao demolir um edifício antigo como este, é uma sorte não haver acidentes, pois é normal que haja acidentes!” Isto reflecte



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

bem a gravidade do incidente!

Interpelo, então, as autoridades, sobre o seguinte:

1. Durante a demolição do antigo Hotel Estoril, ocorreu um acidente de trabalho que provocou o desabamento de uma grande área de paredes exteriores e de andaimes e constituiu uma ameaça grave para a segurança pública. Porém, o incidente não foi coberto pelos meios de comunicação social no local e só se soube através de vídeos *online* após o incidente. De acordo com a imprensa, a mensagem emitida pelo Corpo de Polícia de Segurança Pública Polícia na altura foi a de que “um incidente de queda de objecto ocorreu na Avenida de Sidónio Pais de Macau, perto do Hotel Estoril. Não há feridos, nem danos”. Uma vez que não houve mais informações suplementares após o incidente, isto reflecte que a mensagem não informou claramente os meios de comunicação social dos factos, fazendo com que estes perdessem informações importantes. Para garantir o direito à informação do público, vão os serviços competentes avaliar, à luz deste incidente, a forma de melhorar o mecanismo de comunicação adoptado com os meios de comunicação social? De acordo com fotografias e informações disponibilizados por residentes, o incidente ocorreu por volta das 16h45, e até às 18h00 um vídeo do incidente apareceu em plataformas das redes sociais, o que suscitou a preocupação social. Só depois, às 20h00, a DSOP emitiu um comunicado de imprensa a explicar o incidente, afirmando que “alguns fragmentos de alvenaria caíram dos tapumes do estaleiro”. Tal alegação não só não descreveu, de forma objectiva, a situação real, como foi mesmo suspeita de ser enganadora e falsa. Porque é que as autoridades emitiram um comunicado de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

imprensa a explicar o incidente apenas três horas depois de este ter sido divulgado na *internet*? Porque é que o comunicado de imprensa não descreveu, de forma precisa, o incidente? As autoridades devem divulgar, o mais cedo possível e integralmente, o relatório de investigação do incidente e melhorar as medidas adoptadas, de modo a salvaguardar a segurança pública e evitar a repetição de incidentes semelhantes. Vão fazê-lo?

2. Actualmente, os trabalhos encontram-se suspensos. No local, pode constatar-se que o exterior do edifício estava rodeado por andaimes de bambu de camada simples que, por sua vez, estavam apenas cobertos com tela, e o corredor pedonal adjacente aos andaimes de bambu estava apenas coberto por um telhado fino. Um lado do Hotel Estoril já foi demolido até ao nível do solo, e quanto ao outro lado, faltam ainda demolir três a quatro pisos. Segundo alguns operadores do sector, analisadas as fotografias no local, as obras de demolição não respeitaram as normas profissionais e legais sobre trabalhos de demolição, segundo as quais a demolição tem de ser feita de cima para baixo, e a estrutura do andaime de camada simples e o telhado bastante fino do passeio para protecção não garantem eficazmente a segurança dos trabalhos de construção e a segurança pública. O desenvolvimento do projecto de demolição em questão deve cumprir, com rigor, os diplomas legais respeitantes à Regulamentação do regime jurídico da construção urbana e às Normas técnicas de segurança e saúde ocupacional na construção civil, e a autorização para execução das obras deve ser obtida antes de se proceder à demolição. Isto foi já feito? Em caso afirmativo, porque é que o incidente ocorreu? Em caso negativo, serão apuradas, nos termos da lei, as pessoas responsáveis e as suas responsabilidades



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de fiscalização? No tocante a este incidente, de que medidas concretas dispõem as autoridades para evitar a repetição de acidentes semelhantes?

3. As obras da demolição do Hotel Estoril foram adjudicadas pelo preço de 69,78 milhões de patacas. Nos termos da Lei sobre aquisições públicas, a abertura de concurso público é obrigatória quando o valor das obras é igual ou superior a 15 milhões de patacas. Porém, a adjudicação das obras em questão foi efectuada com base nas propostas apresentadas por entidades convidadas. Segundo a explicação do Governo, para fazer face à dificuldade da execução das obras e à complexidade da operação, foram convidadas, directamente, empresas experientes, mas houve um acidente de trabalho logo após cerca de um mês do desenvolvimento das obras. Ademais, o mesmo empreiteiro é responsável também pelas obras do Edifício de Especialidade de Saúde Pública do Centro Hospitalar Conde São Januário – Obra de Superestrutura, cujo desenvolvimento implicou o colapso, em 2022, das Antigas Muralhas da Cidade localizadas na Estrada de S. Francisco. As autoridades tiveram em conta o desempenho anterior do empreiteiro aquando da adjudicação de obras? Em caso afirmativo, por que é ainda foram adjudicadas as obras com elevado grau de dificuldade e perigo a essa empresa? Para evitar que a mesma situação se repita, as autoridades vão avaliar os procedimentos concursais e tornar públicas as devidas informações?

26 de Julho de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam U Tou